

Debate Saneamento - Fórum Engenharia

SANEAMENTO: A Política Nacional e o Direito Humano à Água e ao
Saneamento

Vitor Carvalho Queiroz

22 de setembro de 2025

Contexto Geral Histórico Política Saneamento

Planasa

- Centrado no prestador
- Criação das companhias estaduais
- Foco na expansão - Água e Esgoto – centros urbanos
- Planejamento centralizado/autoritário

LNSB (11.445)

- Regulação, planejamento e controle social
- Reforço da titularidade (autonomia) municipal
- Resíduos sólidos e drenagem

Lei 14.026

- Centralização da regulação
- Foco no aumento da iniciativa privada
- Perda da importância da autonomia municipal
- Regionalização

Contexto da aprovação 14026

- Estagnação na evolução do acesso
- Investimentos ainda baixos e desarticulados
- Auditoria TCU Acórdão 3180/2016, TCU
- Reorientação governo - Temer
- 2 MPs (MP 844 e 868 de 2018)
- Governo Bolsonaro Paulo Guedes 14026

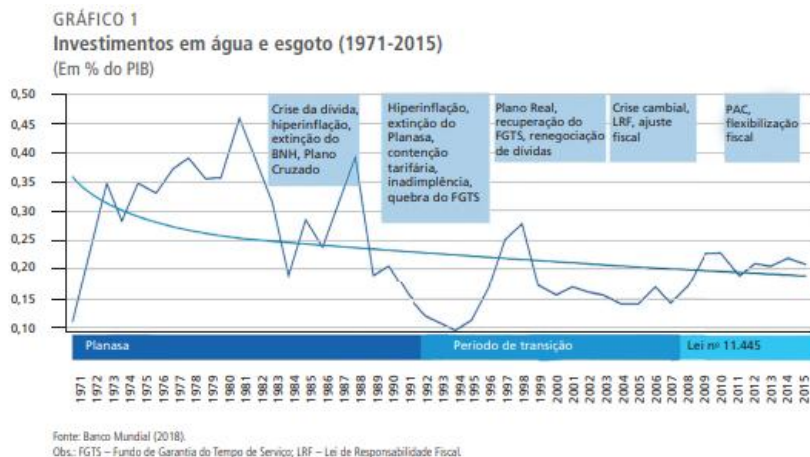


Gráfico 10.2 - Relação entre investimentos e déficit de acesso relativos aos serviços de esgotamento sanitário, de acordo com as informações dos prestadores de serviços participantes do SNIS, de 2015 a 2019, segundo macrorregião geográfica

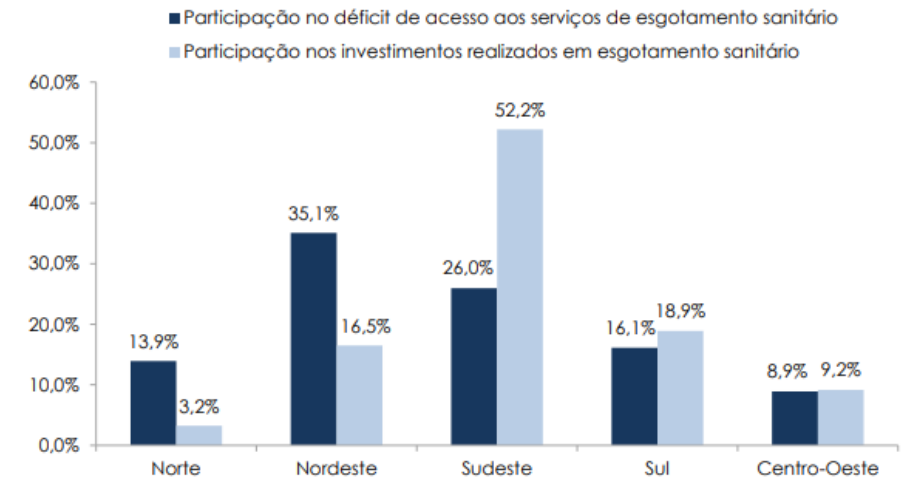
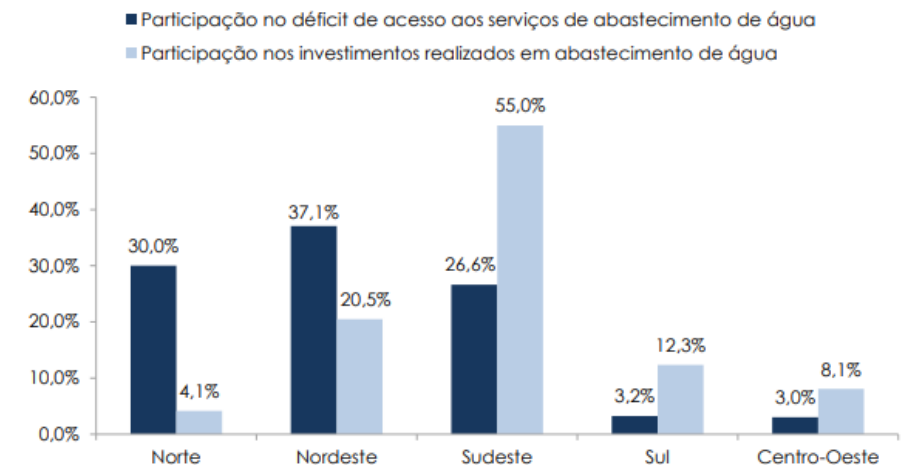


Gráfico 10.1 - Relação entre investimentos e déficit de acesso relativos aos serviços de abastecimento de água, de acordo com as informações dos prestadores de serviços participantes do SNIS, na média de 2015 a 2019, segundo macrorregião geográfica



Principais mudanças 14026

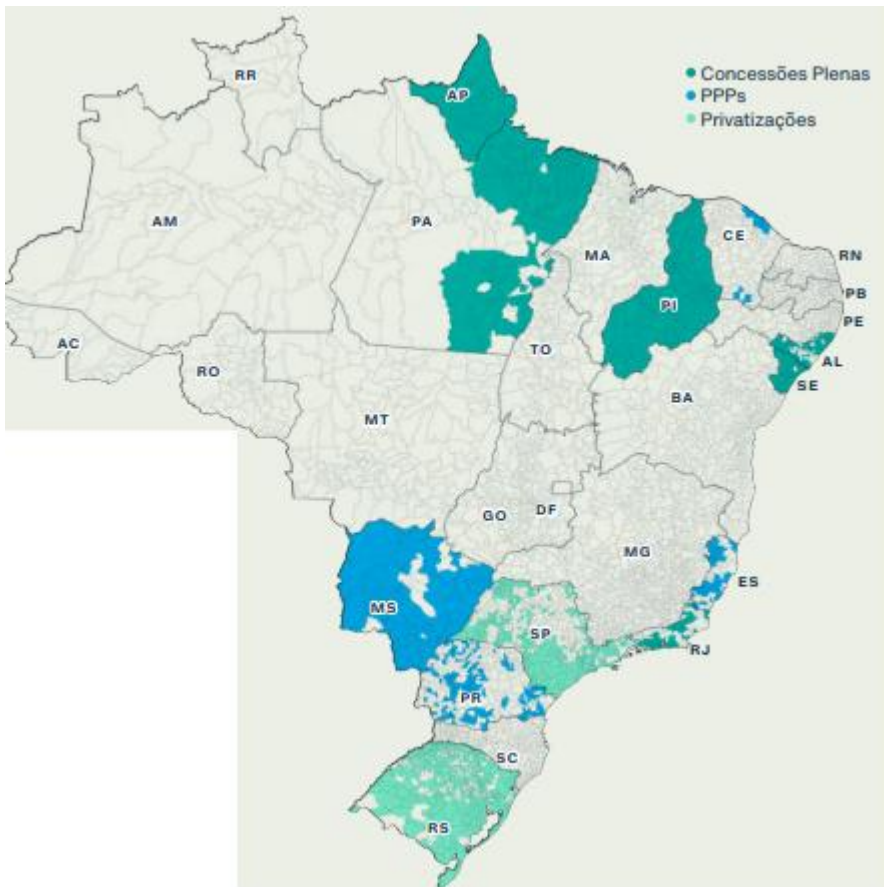
- Extinção da possibilidade de celebrar novos contratos de Programa
- Inclusão de metas de universalização na lei
- Necessidade de adequação dos contratos existentes (metas e cap. Econômico-financeira)
- Entrada da ANA na regulação
- Obrigatoriedade cobrança serviços resíduos sólidos
- Necessidade de regionalização
- Criação CISB (Comitê Interministerial de Saneamento Básico)

Balanço 5 anos de 14.026

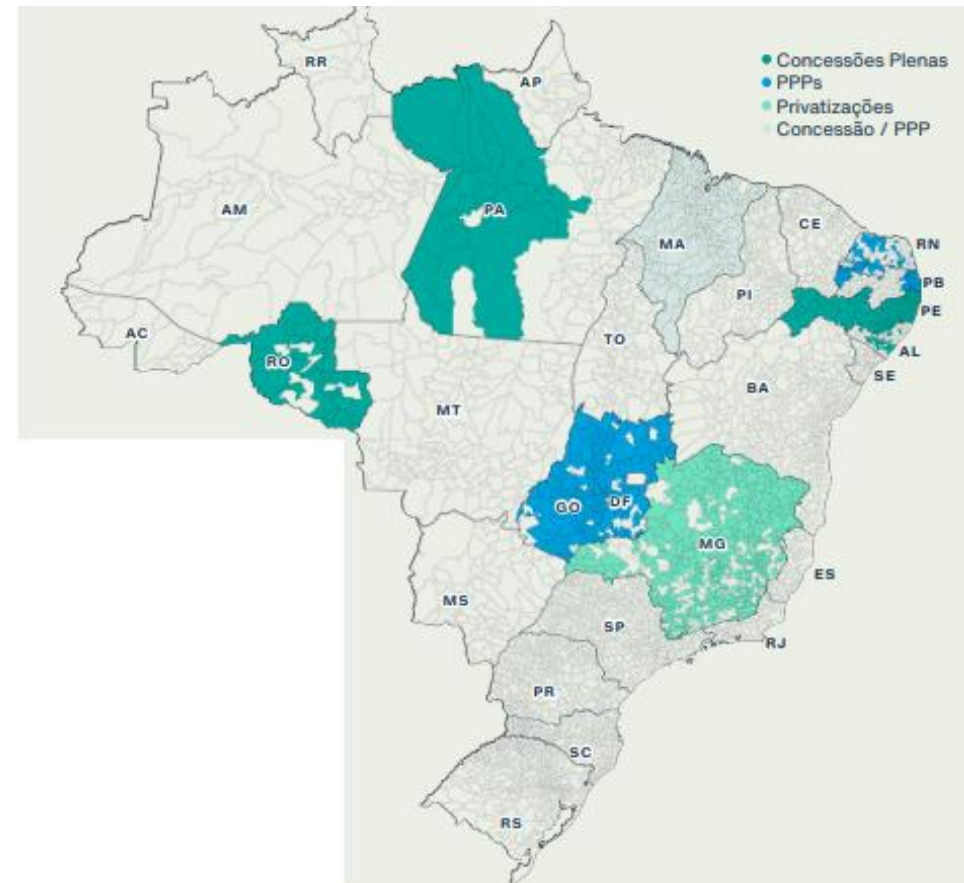
- Ampliação da financeirização do setor
- Papel do BNDES <https://hubdeprojetos.bndes.gov.br/pt/>
- Contratação de investimentos – garantia?
- Instrumento de outorgas (projetos BNDES aprox. 40 bi, 40% dos investimentos previstos)
- Mudança no perfil prestador 7% em 2020, qual o atual % e previsão de mais de 50% em 2026
- Acesso ainda estagnado (dados 2023)

Balanço 5 anos de 14.026

Concessões (2020-2025)



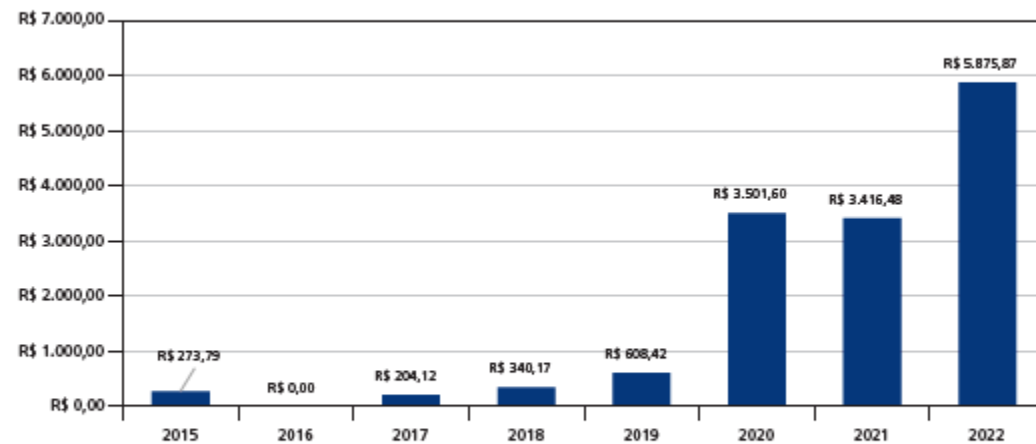
Concessões previstas (2025-2027)



Balanço 5 anos de 14.026 - Debentures

Evolução dos valores captados pelo setor de saneamento pela emissão de debêntures (2015-2022)¹

(Em R\$ 1 milhão)



Fonte: Sistema Nacional de Debêntures. Disponível em: <https://www.debentures.com.br/exploreosnd/exploreosnd.asp>. Acesso em: 8 maio 2023.

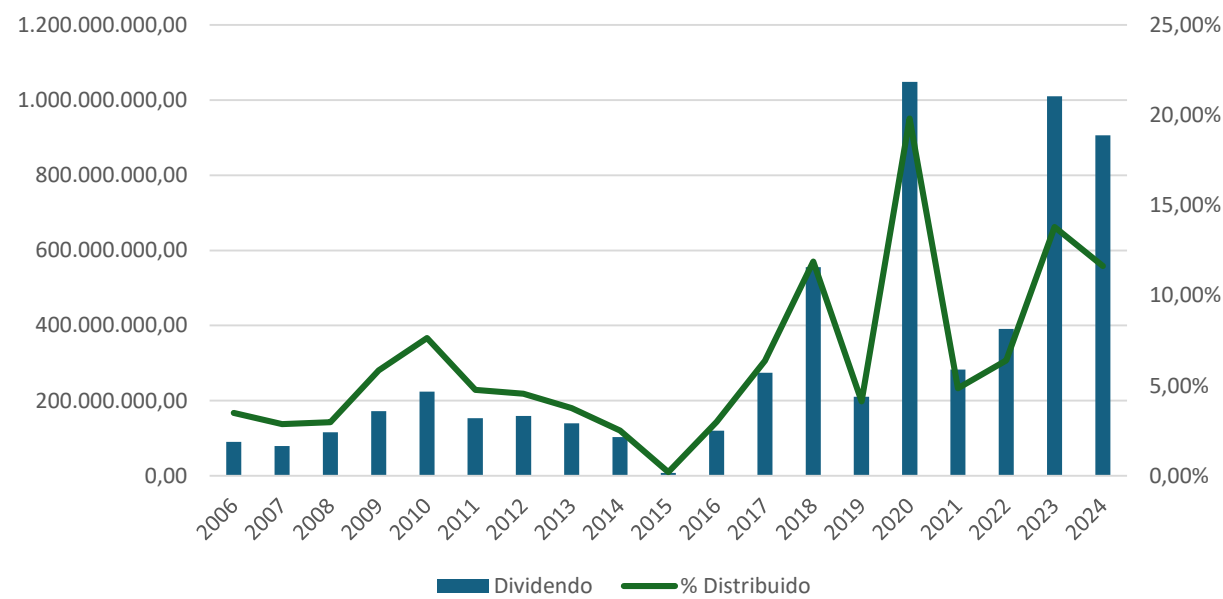
Elaboração dos autores.

Nota: ¹ Todos os dados anuais atualizados pelo IPCA até 31 de dezembro de 2022.

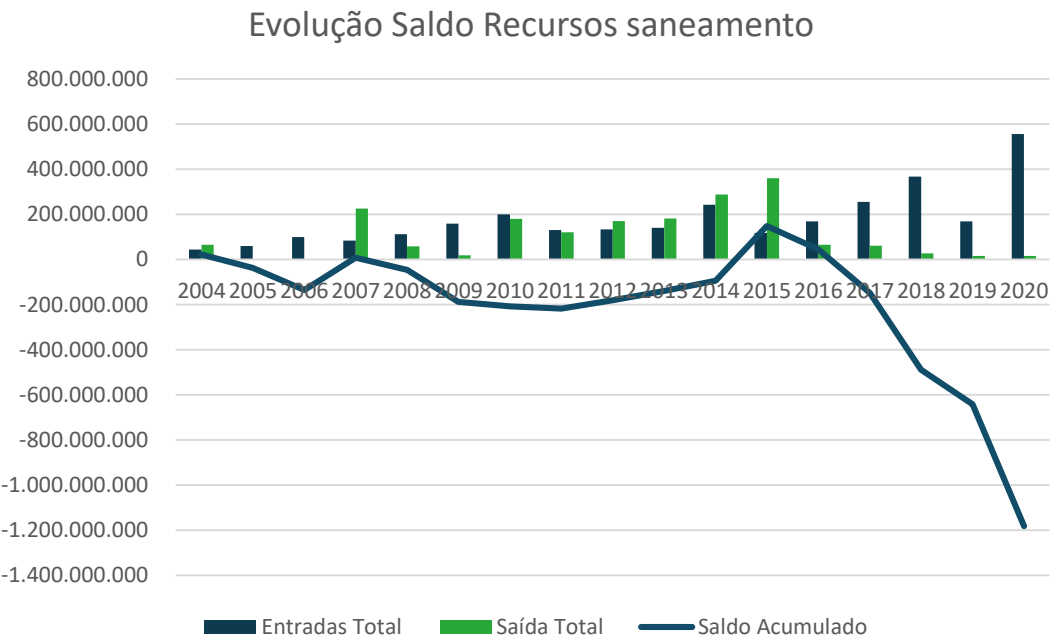
- 60% dos subsídios chegam ao objetivo pretendido (Pereira e Mitherhof, 2019)

Minas Gerais

Evolução dividendos COPASA



Evolução fuga recursos saneamento



Desafios Saneamento



- Serviço é público, prestador é uma parte
- Garantia de recursos dentro do saneamento
- Garantir gestão e planejamento
- Apoio a municípios
- Investimentos estruturantes

Agenda Saneamento Minas Gerais

- PL Regionalização e ARSAE <https://www.almg.gov.br/projetos-de-lei/PL/3739/2025>
- Futuro COPASA? <https://www.almg.gov.br/projetos-de-lei/PEC/24/2023>
- Acordo Bacia Doce <https://meioambiente.mg.gov.br/programa-saneamento-do-rio-doce>
- Águas dos Vales <https://aguadosvales.copasa.com.br/>

Subsídios debate - Fórum Engenharia

- Investimentos em saneamento permitem contratação descentralizada
- Desafios de remuneração justa comparado a outros setores (quem financia o serviço é a tarifa majoritariamente) – energia/mineração
- Contratações de profissionais e serviços técnicos (projetos, obras, etc) não podem ser apenas por preço – público e privado
- Retomada de um olhar mais técnico
 - Engenharia perde espaço para aspecto meramente financeiro